

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIA HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**FELIPE CARVALHO ROCHA**

**DITADURA MILITAR E A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL  
NO BRASIL: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO  
E OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL**

**TRABALHO DE GRADUAÇÃO INDIVIDUAL II**

**SÃO PAULO  
2021**

**FELIPE CARVALHO ROCHA**

**DITADURA MILITAR E A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL  
NO BRASIL: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO  
E OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL**

Trabalho de Graduação Individual  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel, em  
Geografia, do Departamento de Geografia,  
da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

**SÃO PAULO  
2021**

*Mas, o senhor sério tenciona devassar a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos. Agora – digo por mim – o senhor vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada.*

(João Guimarães Rosa)

## RESUMO

ROCHA, Felipe Carvalho. **Ditadura militar e a financeirização do capital no Brasil: notas sobre o processo de ocupação e formação da Amazônia Legal**. 2021. Trabalho de Graduação Individual, Bacharelado em Geografia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel do estado ditatorial brasileiro, durante os governos militares entre 1964 e 1985, através das intervenções estatais e dos grandes projetos durante o processo de ocupação e formação da Amazônia Legal. Pretende-se compreender os fenômenos que justificaram o processo de formação e integração da Amazônia Legal enquanto categorias de análise do capital e de sua reprodução crítica, ou seja, pretendemos estabelecer uma relação entre as particularidades locais da região e a expansão da fronteira capitalista no ensejo de sua acumulação mundial.

**Palavras-chave:** Capital. Valor. Financeiro. Amazônia. Legal. Ditadura. Militar.

## **ABSTRACT**

ROCHA, Felipe Carvalho. **Military dictatorship and financialization of capital in Brazil: notes about the occupation and shaping process of Brazil's Legal Amazon.** 2021. Individual Graduation Work, Bachelor in Geography – University of São Paulo, São Paulo, 2021.

The presente work aims to analyse the role of the Brazilian dictator state between 1964 and 1985, through state interventions and large projects during the occupation and shaping process of Brazil's Legal Amazon. Is intended to understand the phenomena that justified the integration process of Brazil's Legal Amazon as a capital analysis categories and its critical reproduction, in other words, we intend to establish a relationship between local particularities of the region and the expansion of the capitalist frontier in the context of its worldwide accumulation.

**Keywords:** Capital. Value. Financial. Amazon. Legal. Dictatorship. Military.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BASA – Banco da Amazônia S/A

BCA – Banco de Crédito da Amazônia

Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional de Habitação

EUA – Estados Unidos da América

FIDAM – Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio (sigla em inglês)

ICM – Imposto de circulação de mercadorias

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPI – Imposto sobre produtos industrializados

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

Sumoc – Superintendência da Moeda e do Crédito

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>CAPÍTULO 1 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....</b>	<b>08</b>
<b>CAPÍTULO 2 - A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL E O ESTADO DITATORIAL COMO CONDIÇÃO POLÍTICA PARA O PROCEDIMENTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA.....</b>	<b>13</b>
2.1 Aspectos da política financeira no Brasil durante as décadas de 1960-1970.....	18
2.2 O Estado brasileiro e as condições para internacionalização da Amazônia.....	21
<b>CAPÍTULO 3 - A AMAZÔNIA LEGAL COMO EXPANSÃO CRÍTICA.....</b>	<b>30</b>
3.1 Planejamento estatal e ocupação da Amazônia Legal.....	35
3.2 Contradições do processo de formação da Amazônia Legal.....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, pretendemos analisar, através de um estudo teórico, o papel do Estado durante o processo de formação e ocupação do território da *Amazônia Legal*, focado no seu desdobramento nas décadas de 1960 e 1970 durante os governos militares, e como este intervém para assegurar as condições para a acumulação global do capital e de sua reprodução ampliada. Ou seja, trata-se de analisar a formação de uma realidade agrária sob uma sociabilidade onde a lógica do valor -, isto é, a necessidade da sempre crescente reprodução ampliada da riqueza abstrata -, é determinante dos processos sócio-geográficos (ALFREDO, 2008, p.63). De maneira geral, tomamos como ponto de partida dessa análise a intervenção realizada através da ocupação e expansão econômica por meio dos grandes projetos, das empresas e da exploração do trabalho (as relações sociais de produção, a desapropriação e reapropriação de terras, o esmagamento da base populacional indígena preexistente ao processo, o fluxo de novas populações para cumprir as funções de mão de obra, etc.). Outro importante fator a ser destacado, é a articulação da economia local com o mercado internacional, que ocorre num duplo sentido - de ênfase nas vantagens da exportação e do interesse crescente de capitais internacionais em investimentos industriais, mineradores e agroexportadores - e baseou-se no desenvolvimento de formas de interpenetração entre o Estado, os interesses capitalistas locais e o setor capitalista internacional. (CARDOSO, MULLER; 1978; p.08-11)

Nesse sentido, a lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção seria gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração da mais-valia/produção do capital/extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e reprodução da força de trabalho. É essa lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as regiões. (OLIVEIRA, 1999, p.75)

Assim, como permanência no interior de processos desdobrados por rupturas, cabe-nos como questão de método e de objeto, a análise de fenômenos próprios da forma valor como que sempre resultantes de uma realidade posta na e pela modernização. Do que deriva, segundo a perspectiva aqui posta, a necessidade de



se compreender sob as determinações da forma valor os fenômenos então postos (ALFREDO, 2008, p.64). Neste sentido, a fim de identificar os processos ocorridos no meio rural brasileiro, durante o período dos governos militares, como manifestações locais de uma lógica mundializada e universalizada pela forma-valor, a lógica do capital, entendemos que o processo de modernização da agricultura está marcado, sobretudo, pela sua industrialização. Assim, a industrialização da agricultura está relacionada, por exemplo, com o mecanismo da dívida externa. Por intermédio desse mecanismo, diferentes governos brasileiros têm tomado dinheiro emprestado no mercado financeiro internacional, com a finalidade de ampliar a sua produção, particularmente no setor industrial. Para pagar a dívida o país tem que exportar, isto é, tem que se sujeitar a vender seus produtos pelos preços internacionais. (OLIVEIRA; 1999; p. 76-77). Portanto, o processo de modernização da agricultura está marcado também pelo sistema de crédito e sua relação com a financeirização do capital, o chamado capital fictício, que inaugura um novo momento da modernidade e da história do capitalismo.

Diante disso, e, tendo em vista corroborar a tese que tem como pressuposto a análise dos processos constituintes de formação e ocupação territorial, aqui no caso ao território da chamada *Amazônia Legal*, sob determinação da reprodução crítica do capital, trata-se o presente trabalho de analisar, através de diversos autores, uma pequena parte da chamada história moderna do Brasil, através da região amazônica, marcada fortemente pela ação do Estado - controlado por governos militares - e sua participação, na periferia da economia capitalista mundializada.

Aqui, destaco que o processo de pesquisa e escrita se tornou um grande desafio diante das dificuldades trazidas pela complexidade dos temas abordados, pela enorme porção territorial a qual pretendemo-nos analisar, ainda que de forma sintética, e, principalmente, pela tarefa de articular todo o trabalho de pesquisa bibliográfica e de leitura, não obstante os hiatos deixados durante sua elaboração.

## **CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

A modernização pode ser entendida como um período histórico inaugurado pela passagem da Idade Média para o período subsequente constituído, entre outros acontecimentos, pela formação dos estados nacionais, pelo surgimento da indústria, pelo trabalho assalariado e pela expropriação dos camponeses que, sem possuir a

propriedade privada da terra, por sua vez, foram obrigados migrar para as cidades e os núcleos urbanos em busca de trabalho. Entretanto, esse processo não aconteceu de uma só vez e tão pouco ocorreu da mesma forma em todos os lugares do mundo.

Assim, após as mudanças sociais em decorrência da industrialização e dos processos que derivam desta, constitui-se uma nova forma de sociabilidade, pautada nas relações de troca e materializada através da forma-mercadoria. Examinada por Marx no primeiro capítulo do Livro I d'o Capital, a mercadoria apresenta-se como possuidora de duplo valor, de uso (a utilidade de uma coisa propriamente dita: o valor de uso, se efetiva apenas no uso ou no consumo; os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta; na sociedade moderna capitalista eles constituem os suportes materiais dos valores de troca) e de troca (que aparece como relação a quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço). Assim, segundo o próprio autor:

Tomemos, ainda, duas mercadorias, por exemplo, ferro e trigo. qualquer que seja sua relação de troca, ela é sempre representável por uma equação em que uma dada quantidade de trigo é igualada a uma quantidade qualquer de ferro, por exemplo, 1 quarter de trigo = 'a' quintais de ferro. O que mostra essa equação? Que algo comum de mesma grandeza existe em duas coisas diferentes, em 1 quarter de trigo e em 'a' quintais de ferro. Ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que em si mesma, não é nem uma nem outra. Cada uma delas, na medida em que é valor de troca, tem, portanto, de ser redutível a essa terceira.

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades físicas importam apenas na medida em que conferem utilidade às mercadorias, isto é, fazem delas valores de uso. Por outro lado, parece claro que a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias. Nessa relação, um valor de uso vale tanto quanto o outro desde que esteja disponível em proporção adequada (Marx, 2013, p. 115).

O elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu valor. Segundo Marx, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo, das mercadorias,

vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inúmeras forças de trabalho individuais (Marx, 2013, p. 116-117). Ou seja, para que se estabeleça essa equivalência entre os diferentes tipos de mercadorias existentes no mercado, há a composição de uma média do trabalho necessário de toda a sociedade: o tempo social de trabalho - em outras palavras, tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma determinada sociedade e com o mesmo grau de habilidade e intensidade do trabalho.

Neste primeiro aspecto analisado - a forma mercadoria - encontramos substrato para começarmos a compreender, a dialética presente no mundo moderno entre as relações de essência e aparência; e; física e metafísica. No caso da mercadoria, como toda matéria, esta é provida de forma e conteúdo, suas formas são os objetos da produção em si dotados de diversas utilidades (valores de uso). Essa é também a qualidade física da mercadoria, ou seja, como ela se apresenta, sua aparência. Entretanto, qualquer que seja esse objeto (mercadoria), ele existe em um contexto social que lhe confere significados não revelados a priori, escondidos, e que dizem respeito ao seu conteúdo, à sua essência: conforme demonstrado acima, no capitalismo trata-se das relações sociais e humanas que compõem o universo das mercadorias, o seu valor de troca, o tempo de trabalho necessário para a sua produção. Esta contradição revela, assim, o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo.

Assim, ainda segundo Marx, “o caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente, no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores” (Marx, 2013, p. 147).

Desta forma, transformações ocorridas no mundo moderno, assim como o desenvolvimento das forças produtivas, não cessaram, pelo contrário, elas constituem parte da lógica contraditória do processo de produção do capital. Elas permeiam as mudanças nas relações sociais seja em escala local, com a propriedade privada da terra e dos meios de produção, seja em escala global como é o caso do imperialismo, por exemplo. Em outras palavras, essas mudanças só foram possíveis devido ao

desenvolvimento das forças produtivas existentes, e também pela universalização da forma-valor através do dinheiro (forma monetária do capital).

O dinheiro, como, medida de valor, é a forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho [...] O preço ou a forma-dinheiro das mercadorias é, como sua forma de valor em geral, distinto de sua forma corpórea real e palpável, portanto, é uma forma apenas ideal ou representada (Marx, 2013, p. 169-170).

O dinheiro é, portanto, apenas signo de valor, ou seja, uma representação deste, e na medida em que representa ele não pode ser valor, sendo, portanto, completamente destituído deste. Assim, podemos compreender também a expressão fetichista do dinheiro que, na ilusão de possuir o valor que carrega, obscurece as relações sociais de produção existentes.

Neste sentido, o ouro e a prata aparecem historicamente no sistema de trocas como formas naturais que mais se adequam as funções do dinheiro. Aparecem enquanto “mercadorias monetárias”, e, por serem também mercadorias, como demonstrado acima, seu valor não é ontológico mas sim determinado socialmente. Isto para afirmar novamente que o dinheiro é signo de valor, é apenas forma da troca, coisificado pois abstrai as relações sociais envolvidas.

Assim, nas palavras de Robert Kurz:

O fato de que trabalho vivo, ao produzir mercadorias, se transforma em trabalho morto, “representado” (expressão de Marx) na forma encarnada do dinheiro, parece óbvio à consciência moderna. De fato, o dinheiro é uma categoria real que atravessa muitas formações históricas, embora a categoria econômica básica do valor, que se esconde atrás dele, tenha sido somente sistematicamente refletida, tipicamente, pelas teorias econômicas modernas. Como mercadorias, os produtos são coisas de valor abstrato, privadas de suas qualidades sensíveis, manifestando-se somente nessa forma estranha a mediação da sociedade. No contexto da crítica da economia política de Marx, esse valor econômico determina-se de modo puramente negativo, como forma coisificada, fetichista, desprendida de todo conteúdo concreto sensível, forma de representação morta e abstrata em que se apresentam os produtos de um trabalho social pertencente ao passado, fenômeno que se desenvolve, num movimento imanente às relações de troca, até alcançar a forma de dinheiro, “a coisa abstrata”. Esse valor é a qualidade distintiva de uma sociedade que não é dona de si mesma. (KURZ; 1992; p.22)

No seu processo de valorização, o capital é obrigado a submeter simultaneamente massas crescentes de trabalho e, no processo de concorrência, superar seus sócios-competidores e desvalorizar continuamente o valor da força de trabalho, tornar o trabalho redundante. A construção das formas se desdobra do universal ao abstrato – a mercadoria – para a vida concreta em que predominam as relações de débito e crédito, a moeda bancária, o capital fictício, a concorrência em suas determinações definitivas. (BELLUZZO, 2012, apud PITTA, 2016, p. 55)

Segundo PITTA, Marx, na seção V, “O capital portador de juros”, de *O capital*, desdobra um mecanismo de realização da forma D – D’, ou seja, do dinheiro que parece se autovalorizar, sem ter passado pela extração de mais-valia, e denomina este modo de reprodução do capital de *capital fictício*. (PITTA, 2016, p.21)

Um dos exemplos por Marx estudado da intermediação comercial entre Inglaterra e Índia, evidencia a presença de um capital fictício mediando a produção e circulação de mercadorias. Ao tratar da exportação/importação de mercadorias entre a metrópole e sua colônia (Inglaterra e Índia, no caso analisado por ele) o autor demonstra que o produtor, ao vender a um exportador, recebe uma letra de câmbio que pode descontar em um banco, adiantando dinheiro para retomar sua produção sem necessitar esperar a realização de sua mercadoria no outro continente. Com o desencadear de uma crise de superprodução na Inglaterra essa realização da mercadoria deixa de ocorrer, impondo ao produtor reiniciar o processo produtivo tendo em vista acessar nova letra de câmbio, o que o habilita a conseguir novo empréstimo bancário a fim de compensar o empréstimo anterior, que não poderia ser pago pela venda da mercadoria não ocorrida. (PITTA, 2016, p.22)

A produção da mercadoria passara a ser realizada com a finalidade de rolagem de dívidas anteriores. A diferenciação entre capital a juros, aquele pago pela realização da mais-valia por meio da empresa do *capitalista funcionante*, e capital fictício, pago com nova dívida, por exemplo, fica patente no exemplo de Marx (tal exemplo aborda a transformação fictícia de dinheiro em mais dinheiro ao utilizar o exemplo da mediação de uma produção material de mercadoria, no caso, a indústria têxtil inglesa do século XIX). (PITTA, 2016, p. 22)

Esse é o resultado do processo de *abstração real* que acentua o caráter cada vez mais socializado da criação de valor no regime do capital, que, ao mesmo tempo, impõe a substituição da moeda mercadoria pela moeda-crédito como forma geral da riqueza. O desenvolvimento do capital

financeiro depende da constituição dos mercados secundários de negociação dos títulos de dívida e ações que “regulam” a transferência da propriedade entre os capitalistas. O regime do capital – compreendido em todas as suas determinações – supõe o desenvolvimento dos mercados financeiros e de capitais incumbidos da avaliação dos títulos de dívida e dos direitos de propriedade sobre a riqueza e a renda.

Isto faz com que a remuneração do capital em geral “apareça sob a forma de juros e dividendos. Formas aparentiais são, ao mesmo tempo, formas ilusórias, no sentido de que ocultam as conexões fundamentais desse modo de produção, mas também formas necessárias enquanto expressões das relações de produção “transformadas” pelo processo de abstração real. (BELLUZZO, 2012; apud PITTA, 2016, p. 59-60)

Deste modo, a discussão que pretendemos estabelecer neste trabalho deve passar pelos mecanismos de acumulação de capital compreendido, principalmente, pelo período histórico relativo à sua etapa de financeirização e, que, permeiam a relação entre estado e território e de como é possível interpretá-los.

## **CAPÍTULO 2 - A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL E O ESTADO DITATORIAL COMO CONDIÇÃO POLÍTICA PARA O PROCEDIMENTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

Na metade do século XX foi verificada a reestruturação do sistema capitalista a partir do *Acordo de Bretton Woods* firmado no pós-II Guerra Mundial, cujo desdobramento, entre outros fatores, foi o Estado assumir papel essencial no planejamento produtivo e social no interior das fronteiras nacionais. Sob hegemonia estadunidense, este projeto contemplou mais abertamente a busca por estabilidade no câmbio, incentivo ao investimento internacional e correções dos problemas na balança de pagamentos. De forma geral, este novo reordenamento econômico esteve voltado à reconstrução de países europeus e do Japão que terminaram a guerra com elevados déficits e desequilíbrio econômico. Operacionalizaram tal política com a criação de duas instituições internacionais: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Ademais, firmou-se o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (sigla em inglês – GATT) com o desígnio de reduzir as barreiras comerciais sob negociações periódicas. Estabeleceu-se uma era baseada na ideia de livre comércio e movimentos de capitais sustentados pela dominação do dólar, cujo lastro em ouro era garantido pelo governo dos EUA. (BATISTA, 2019, p. 322)

A grande massa de capitais transferidas aos países em reconstrução forjou uma nova divisão internacional do trabalho a partir da ampla expansão do comércio mundial, em especial de produtos industrializados. Este processo esteve restrito, de início, aos países centrais e ensejou mudanças substantivas na base produtiva, que passou a ser sustentada por intensiva tecnologização. A chamada “Revolução Tecnológica”, de meados dos anos 1960 e mais expressivamente nos 1970, é a exacerbação do grande acúmulo científico que, mediante sua transmutação em elemento fundamental no desenvolvimento econômico, reforça a enorme vantagem dos países centrais em relação aos periféricos, dado seus altos investimentos em pesquisa e ciência. (BATISTA, 2019, p. 322-323)

Esse processo deve ser compreendido a partir dos condicionados da lógica expansiva do capital e da tendência à centralização e concentração do sistema capitalista. Logo, o entendimento de que a reprodução ampliada do capital é condição *sine qua non* para sua existência no tempo, as economias centrais viabilizaram, mediante uma nova divisão internacional do trabalho, o avanço dos capitais centrais sobre as economias periféricas, seja através do aumento do volume de capital destinado a estas regiões ou seja através do uso dos mecanismos políticos. (BATISTA, 2019, p.323)

Importante ressaltar também o nexo desigual pelo qual se opera o sistema capitalista. Os países periféricos serão impelidos a absorver as relações sociais e as relações de produção próprias deste sistema. Contudo, é patente que não conseguirão seguir o mesmo caminho que os países do centro, pois não passarão por determinadas etapas de desenvolvimento, até chegar a um alto nível de incorporação das forças produtivas. Estes países irão se ajustar ao nível desenvolvimento econômico estabelecido pelo centro, se relacionando com ele de forma subordinada. (BATISTA, 2019, p. 323-324)

Deste modo, os Acordos de Bretton Woods, definindo o Sistema Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional, estabeleceram em julho de 1944 as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. O sistema Bretton Woods foi o primeiro exemplo, na história mundial, de uma ordem monetária totalmente negociada, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre Nações-Estado independentes.

Em Bretton Woods, as potências imperialistas que venceram a Segunda Guerra Mundial estabeleceram um sistema monetário internacional que pretendia ser a base da versão internacional da expansão inflacionária do crédito que já fora aceita em escala nacional. Tanto os economistas quanto os políticos burgueses acreditavam que o problema decisivo era o aumento da liquidez - a criação contínua de meios adicionais de pagamento. Como a oferta de ouro crescia de forma lenta demais e era distribuída de forma desigual demais para resolver o problema da liquidez internacional, criou-se um sistema que elevava um papel-moeda específico a categoria de papel mundial ao lado do ouro; a situação histórica concreta ao final da Segunda Guerra Mundial era tal que, naturalmente, só o dólar poderia desempenhar esse papel (MANDEL, 1982, p. 325).

O Acordo de Bretton Woods durou até 1971, quando os Estados Unidos, unilateralmente, acabaram com a convertibilidade do dólar em ouro, o que efetivamente levou o sistema de Bretton Woods ao colapso e tornou o dólar uma moeda fiduciária (não é rastreado em nenhum metal e não tem nenhum valor intrínseco) - a moeda fiduciária pode ser uma ordem de pagamento, títulos de crédito, dinheiro de papel, entre outros.

Nesse momento, o montante excessivo de dólares em circulação passou a levantar desconfiças quanto à liquidez da moeda estadunidense e o enredo final se dá com a admissão do câmbio flutuante e o rompimento com o padrão-ouro, sustentando uma ampliação do dólar no circuito financeiro e permitindo uma livre especulação e aplicação. Ou seja, arrefeciam-se os questionamentos sobre o valor do dólar em nome da mobilidade de capitais. Assim:

O alto déficit acumulado pelo governo estadunidense desde o pós-II Guerra colocou em xeque o poderio dos EUA junto aos países recentemente financiados visto que se encontravam economicamente enrijecidos pelo avanço tecnológico, e ansiosos por postos de destaque. A retomada da hegemonia estadunidense se fez a partir de seu sistema financeiro. Usando o privilégio de possuir a moeda de reserva internacional, valer-se-ão da subida unilateral da taxa de juros, em 1979, obrigando, desta forma, os países do centro a atingir superávits comerciais para financiar os déficits da conta de capitais, e a implantação de políticas monetárias restritivas que arrefecem as importações e resultam em um menor crescimento, se comparado ao período anterior. Este reordenamento macroeconômico, em termos globais, se consagrou na razão direta da retomada hegemônica dos EUA. A conformação de um mercado financeiro onipotente conjugou a hegemonia estadunidense à medida que a liberalização toma conta dos mercados nacionais e das transações internacionais. A afirmação do dólar como moeda corrente nas negociações mundiais, será o restabelecimento dos EUA como bastião da ordem social capitalista. (BATISTA, 2019, p. 331-332)



A acumulação fictícia de capital, na qualidade que atingiu a partir da década de 1960/70 nos países centrais do capitalismo e sua generalização universal, passou a ser parte essencial da reprodução capitalista, mas se relegada às forças da concorrência de mercado, criaria um “deslocamento” entre a acumulação fictícia e a acumulação “real” / “produtiva”, que conduziria às crises “cíclicas”. Para além da formação dos trustes e cartéis das maiores corporações capitalistas do início do século XX, o “capital financeiro” passou a ser estritamente necessário para que uma empresa conseguisse acessar os grandes investimentos em capital fixo, a fim de disputar a concorrência do mercado capitalista, conforme a necessidade para reprodução a partir daquele momento histórico. Porém, o lugar do capital financeiro para a acumulação capitalista teria se transformado a partir do início do processo de desmonte do Estado de Bem-Estar Social, ou seja, no fim do lastro dólar nas reservas de ouro entesouradas nos cofres públicos estadunidenses, anunciado por Nixon, em 1971. (PITTA, 2016, p. 39)

Se no momento anterior os bancos concentravam os montantes necessários para a continuidade da reprodução ampliada dos capitais, cobrando um custo do dinheiro para conceder tais montantes na forma de empréstimos a empresas demandantes, após a década de 1970, os desdobramentos da própria acumulação capitalista parecem colocar o capital financeiro em um lugar central para a realização desta, ao gerar rendimentos por meio de investimentos financeiros especulativos. (PITTA, 2016, p.40)

O que está em relevância aqui é uma das formas de ser própria da forma do dinheiro, enquanto metamorfose do processo de reprodução social capitalista. O capital fictício pode funcionar como possibilidade de adiantamento de uma valorização futura que pode não se realizar, mas que atua como ampliação, em dinheiro, de uma quantia de dinheiro inicial – expressa por Marx, como vimos, na forma  $D - D'$ , na qual  $D$  é um montante de dinheiro e  $D'$  é este montante acrescido de uma soma qualquer. Isto só é possível em relação ao que Marx considerou o momento mais desdobrado do fetichismo próprio ao capitalismo, a crença na capacidade do dinheiro se transformar em mais dinheiro. (PITTA, 2016, p.43)

Sobretudo a partir da década de 1970, a expansão do crédito, a “industrialização” do comércio por atacado e a varejo, a ampliação do setor de serviços e as inovações da terceira revolução tecnológica no setor de transporte e

telecomunicações, permitiram uma aceleração considerável da rotação do capital circulante, a qual também contribuiu para a alta taxa de lucro após a Segunda Guerra Mundial. Mas depois a despesa crescente com os projetos de investimento de capital fixo, o aumento do tempo necessário à construção de novas fábricas e complexos produtivos, a taxa decrescente de auto financiamento e a tendência cada vez maior de contração do crédito limitaram a redução do ciclo de rotação do capital fixo e do capital circulante, e tenderam a imobilizar cada vez mais o capital em condições onde não podia mais operar produtivamente, e isso, por sua vez, diminuiu de novo a taxa de lucro (MANDEL, 1982, p. 391).

O modo de produção capitalista, enquanto sistema produtor de mercadorias, acarreta um desenvolvimento constante da divisão do trabalho. Uma consequência importante desta foi a separação progressiva entre a agricultura e a produção artesanal, entre o campo e a cidade, que acabou por levar a contraposição entre bens de consumo e os meios de produção. Entretanto esse progresso constante do desenvolvimento da divisão do trabalho também dissolve gradualmente essa separação estrita entre os dois setores básicos da economia, pois assim como a produção capitalista de mercadorias destruiu definitivamente a unidade entre agricultura e produção artesanal, também dissolveu toda uma série de outros vínculos entre diversos setores de produção das sociedades pré-capitalistas.

O fato é que, desde o momento em que a grande indústria capitalista conseguiu dominar o mercado mundial, seu desenvolvimento assumiu um caráter cíclico com fases sucessivas de recessão, ascensão, boom, superaquecimento, quebra, depressão, etc. Nesse sentido, o movimento cíclico da produção capitalista encontra sua expressão mais clara no movimento cíclico da taxa média de lucro que, afinal, sintetiza o desenvolvimento contraditório de todos os momentos do processo de produção e reprodução (MANDEL, 1982, p. 309).

Esse movimento cíclico do capital encontra a partir da 3ª revolução industrial e tecnológica a sua forma crítica de reprodução social mais avançada em termos de desenvolvimento das forças produtivas e geração de riqueza. Contraditoriamente, vemos formas cada vez mais ousadas de exploração do trabalho e padronização do consumo. Não à toa os agentes de mídia e de publicidade ganharam papel de destaque no mundo atual. São negociados nas bolsas de valores ações de todos os tipos e papéis referentes a títulos de dívidas públicas reafirmando, a todo instante, a contradição moderna entre o real e o fictício.

Neste sentido, o Estado é o produto da divisão social do trabalho. Segundo Mandel, o ponto de partida da teoria do Estado de Marx é sua distinção fundamental entre Estado e sociedade, em outras palavras, a compreensão de que as funções desempenhadas pelo Estado não precisam ser necessariamente transferidas a um aparato separado da maior parte dos membros da sociedade, o que só veio a acontecer sob condições específicas e historicamente determinadas (MANDEL, 1982, p. 333).

Dentre as principais funções do Estado classificadas por Mandel, estão: 1) criar as condições de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante; 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário; 3) integrar as classes dominadas e garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante.

Com relação ao primeiro ponto, ou seja, para *criar as condições de produção*, esse domínio funcional do Estado inclui essencialmente: assegurar os pré-requisitos gerais e técnicos do processo de produção efetivo (meios de transporte ou de comunicação, serviço postal, etc); providenciar os pré-requisitos gerais e sociais do mesmo processo de produção (como, por exemplo, sob o capitalismo, lei e ordem estáveis, um mercado nacional e um Estado territorial, um sistema monetário); e a reprodução contínua daquelas formas de trabalho intelectual que são indispensáveis à produção econômica (MANDEL, 1982, p. 334).

## **2.1 Aspectos da política financeira no Brasil durante as décadas de 1960-1970**

Buscou-se até o presente momento, apresentar as condições gerais que proporcionaram o avanço do capital financeiro, assim como, o papel a ser desempenhado pelo Estado neste contexto. No caso do Brasil, entre os fatores que contribuíram para o seu favorecimento, podemos destacar a implementação de políticas de orientação monetarista e anti-inflacionária além, da própria reestruturação do sistema financeiro. Dentre os resultados concretos desta reestruturação, temos uma maior centralização e concentração bancária associada à maior internacionalização da economia brasileira tanto na presença de capital no país como, fonte de recursos para empréstimo. (BATISTA, 2019, p.320)

Neste sentido, o golpe militar de 1964, não representou apenas uma tomada de poder e mudanças na constituição da política institucional, mas também conduziu um novo direcionamento econômico e uma nova forma de inserção do país na divisão internacional do trabalho. A estrutura de financiamento do país, tanto no âmbito do Estado como no setor privado, configurava-se de forma deficiente e apresentava-se como grande obstáculo para retomar o desenvolvimento em novas bases. Os setores bancário e financeiro eram os mais atrasados se comparados com as demais economias já consolidadas, configurando, assim, como uma das prioridades do projeto econômico no período, a reforma do sistema financeiro. (BATISTA, 2019, p.324)

A partir de uma orientação monetarista e anti-inflacionária, a taxa de juros passou a crescer e deixou de ser negativa já no período de Castelo Branco (1964-1967) e importantes mudanças institucionais foram implementadas, contudo, sem alterar o padrão de financiamento em vigor desde 1930 que se assentava no Estado e no financiamento do capital externo. As modificações desta ordem buscavam, sobretudo, estreitar as relações do Brasil com o sistema financeiro internacional e, nesse sentido, reduziu a capacidade do país de desenvolver um sistema financeiro nacional. Dentre as medidas e instrumentos criados nesse processo podemos destacar (Baer, 1986, p. 14, apud BATISTA, 2019, p.325):

- 1) A Lei nº 4.595/64 que criou o Banco Central que substituiu a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) e reformulou o sistema bancário especializando suas funções. A especialização das diversas instituições financeiras buscava maior mobilidade e eficiência na mobilidade dos capitais. Nesse sentido, os bancos comerciais deveriam restringir sua atuação em financiamentos de curto prazo e os bancos de investimento deveriam atuar em financiamentos de médio e longo prazo. No âmbito da habitação, os recursos deveriam ser canalizados através do Banco Nacional de Habitação (BNH);
- 2) Institucionalização da Resolução nº 63 de 1967 que permitia aos agentes financeiros instalados no Brasil tomar empréstimos externos e repassá-los internamente, estabelecendo uma relação mais direta entre o sistema financeiro nacional e internacional. Essa Resolução se tornou mais importante com a adoção de ajustes periódicos do câmbio, pois os empréstimos externos se equipararam,

praticamente, aos riscos de empréstimos internos. Portanto, o capital externo passou a ser uma fonte importante de recursos;

3) Lei nº 4.131/1962 determinava que os empréstimos em moeda englobavam todos os empréstimos contraídos no exterior para empresas e indivíduos residentes no Brasil e não se estabelecia distinção entre empresas privadas e públicas. O estabelecimento da instrução nº 289 de 1965 autorizava empresas estrangeiras instaladas no país a contrair empréstimos diretamente de empresas no exterior.

Desta maneira, a partir desse período a política brasileira se abriu ao exterior, especialmente após o período de recessão entre 1963 e 1967 e conduziu o Brasil ao chamado “Milagre” Econômico, iniciado em 1968, cuja marca foi de um período de expansão econômica e taxas elevadas de crescimento associado ao controle inflacionário. Esta quadra foi marcada pelo avanço do capitalismo monopolista, pois, a partir da estrutura montada desde 1964 foram os setores que mais se apropriaram da acumulação gerada com o “Milagre”. Contudo, ainda que o país apresentasse um crescimento econômico significativo, as bases que o sustentava eram bases frágeis e recolocava a condição de subalternidade e dependência frente ao mercado internacional e aos países do centro. A expansão das exportações não resultou em avanços tecnológicos, mas foi sustentada pela extensão dos recursos naturais e o baixo custo da mão-de-obra. Assim, as importações cresceram mais que as exportações gerando déficits que foram cobertos pela entrada de capitais estrangeiros, inclusive por empréstimos, acarretando um exponencial crescimento da dívida externa. Esta política econômica apoiava-se no sistema de crédito: quer no âmbito externo pela abertura financeira da economia, quer no âmbito interno pela correção monetária de ativos financeiros. (BATISTA, 2019, p. 326-327)

A natureza deste financiamento externo era altamente instável e insegura, pois, apesar de terem contratos de longo prazo, as linhas de créditos eram renovadas a cada seis meses com a repactuação das taxas de juros tomando-se por bases a taxa em vigor no euro mercado. Os dólares não se destinavam apenas a financiar as importações, mas grande parte se convertia em cruzeiros para pagamento das grandes construtoras, dolarizando o sistema de crédito e atrelando a política financeira interna ao destino do dólar no mercado internacional. A política econômica do regime militar esteve subordinada ao mercado internacional, e por isso pressupôs que o sistema financeiro internacional funcionaria como um fundo de créditos permanente, o que resultou num avanço expressivo da dívida externa do país. Tal endividamento,

basicamente financeiro, esteve atrelado às demandas e mudanças postas pelo mercado internacional. (BATISTA, 2019, p.327)

Neste contexto, o Brasil irá se especializar em produtos semielaborados e dependerá essencialmente de um tripé macroeconômico para sustentar o desenvolvimento, qual seja: importação de bens de capitais, de tecnologia agregada e financiamento de capitais. Apesar da retomada do crescimento, em 1967, o país aprofunda sua condição dependente e, por essa mesma razão, torna-se vulnerável a quaisquer mudanças no mercado internacional visto que a conservação do eixo dinâmico da política macroeconômica requeria crescentes importações e garantia de competitividade, isto é, baixa remuneração da força de trabalho. Para alguns autores, a política econômica do “milagre” representou um recuo da política de substituição de importações e aprofundamento da dependência nacional. (BATISTA, 2019, p. 328)

Um dos aspectos fundamentais deste processo de endividamento externo reside na crescente estatização da dívida, no qual o setor público já em 1974, era responsável por 50% chegando, em 1980, a quase 70%. O auge deste processo de estatização da dívida é a marca do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), pois tinha, na empresa estatal, o elo protagonista em conjunto com os investimentos em infraestrutura. A partir de 1974 haverá uma crescente vulnerabilidade do país cuja demonstração maior será com o segundo choque do petróleo, em 1979. (BATISTA, 2019, p. 331)

Portanto, podemos concluir que o projeto de desenvolvimento arquitetado durante a ditadura militar acarretou aprofundamento da dependência financeira e tecnológica do país, a perda total de autonomia de nossa política econômica e a dolarização do sistema financeiro privado e das empresas públicas, esta condição levou à dramática interrupção do crédito entre 1970 e 1980. O encurtamento dos créditos bloqueou o Brasil de financiamentos, logo suas reservas internacionais se esgotaram. Sob uma dura recessão, a equipe econômica perdeu totalmente a iniciativa e capitulou diante do FMI. Este ato não pode ser considerado algo isolado, mas parte de um constructo estimulado desde o golpe que deslocou o eixo da dependência econômica do campo tecnológico e industrial para o campo financeiro. (BATISTA, 2019, p. 332)

## **2.2 O Estado brasileiro e as condições para internacionalização da Amazônia**

O estudo das políticas públicas, em especial aquelas de alcance e repercussão nacionais, tem despertado o interesse de inúmeras áreas das ciências sociais em geral, como é o caso da geografia (COSTA; 1988; p.13). Tendo este trabalho um recorte específico no tempo e no espaço - a análise dos desdobramentos do processo de formação e ocupação da Amazônia Legal nas décadas de 1960 e 1970 -, todavia, para compreender melhor às suas origens, devemos retomar aqui, mais uma vez, a análise de um período histórico anterior.

De maneira geral, podemos dizer que a alteração do regime político do Brasil com a passagem do Império (1822-1889) para a República (a partir de 1889) provocou no país mudanças que atingiram profundamente o campo brasileiro, sobretudo no que diz respeito à posse da terra. Destacamos duas dessas mudanças: de um lado, a abolição da escravidão um ano antes do fim do Império, em maio de 1888. De outro, a transferência das terras devolutas do patrimônio da união para o patrimônio dos estados. Assim, antevendo o fim da escravatura, que decorreria necessariamente do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, efetivado em 1850 devido às pressões do governo inglês, as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana. Tais medidas se concretizaram na Lei de Terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850. Tal lei instituía um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. Nesse meio tempo ter-se-ia multiplicado o número de posseiros em todo o país. A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. Essa proibição era dirigida contra os camponeses da época aqueles que se deslocavam para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros e ali abriam suas posses. Ao mesmo tempo, já com a primeira constituição republicana, de 1891, as terras devolutas são transferidas para os estados e colocadas nas mãos das oligarquias regionais. Cada estado desenvolverá sua política de concessão de terras, começando aí às transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária. (MARTINS; 1981; p.41,42,43)

Em outras palavras, conforme Umbelino de Oliveira: “a estrada que a história legou ao Brasil, não passou primeiro pela presença cativa da terra, mas, ao contrário, passou pela pessoa cativa do escravo. No cativo dos homens, a liberdade do

acesso à terra foi negado primeiro, aos negros escravos e depois aos brancos e mestiços sem-terra. ” (OLIVEIRA; 2016; p.14)

É importante termos em mente ainda o que essas mudanças produziram nas diferentes regiões do país. No Sudeste, por exemplo, particularmente em São Paulo, os trabalhos que eram realizados pelos escravos passaram a ser realizados por colonos estrangeiros, sendo o colono um trabalhador livre que recebia um salário. Por sua vez, no Nordeste, a economia canavieira já havia entrado em crise antes da abolição da escravatura. Lá não houve entrada de trabalhadores estrangeiros livres para substituir os escravos. Tal substituição se deu com o emprego dos antigos moradores, dedicados a trabalhos marginais e a uma agricultura subsidiária de alimentos. Em resumo, aqui encontramos alteradas as bases sociais (relações de trabalho e propriedade da terra): “o monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos se transforma no senhor de terras. ” (MARTINS; 1981; p.44-45)

Com essas transformações, podemos dizer que o traço essencial da estrutura fundiária brasileira tornar-se-á efetivamente o caráter concentrador da terra. Fazendo um salto para o período histórico compreendido entre às décadas de 1960 e 1970, a fim de compreendermos as consequências dessas transformações com um olhar mais específico sobre a região amazônica, conforme Umbelino de Oliveira, “segundo o Incra (Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária), entre os maiores latifundiários registrados naquele órgão estão: *Manasa-Madeireira Nacional S/A*, com mais de 4,1 milhões de hectares; *Jari- Florestal e Agropecuária Ltda.*, com mais de 2,9 milhões de hectares; *APLUB – Agroflorestal da Amazônia*, com mais de 2,1 milhões de hectares; *Cia. Florestal Monte Dourado (também da Jari)*, com mais de 1,6 milhões de hectares etc. No total, o quadro referente aos vinte e cinco maiores latifúndios do Brasil permite tirar duas conclusões. A primeira é que **a maioria absoluta desses superlatifúndios está na Amazônia**. A segunda, que eles ocupam uma área quase igual àquela ocupada pelo estado de São Paulo. **“Assim, o que se passou nas últimas décadas deste século XX é a formação, na Amazônia brasileira, dos maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou em todos os tempos. É conveniente ressaltar que não se trata de um traço “feudal” da estrutura fundiária brasileira, pois entre esses latifundiários estão os grandes grupos empresariais do Centro-Sul do país. O que essa realidade revela é o**



**caráter rentista do capitalismo que se desenvolve no Brasil.”** (OLIVEIRA; 1999; p.85-87; sem negrito no original)

Outro fator importante a ser destacado aqui, é que a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia e a política de florestamento e reflorestamento nas várias regiões do país acentuaram o interesse das empresas capitalistas pela terra. “Em todos os cantos, camponeses ligados à terra por várias gerações viram-se repentinamente ameaçados ou expulsos, frequentemente submetidos a toda sorte de violências. Os menos informados costumam dizer que esse é um fenômeno particular da Amazônia, das zonas pioneiras, a ela restritos. Isso, entretanto, não é verdadeiro.” (MARTINS; 1981; p.11)

O golpe de estado põe fim às alternativas que estavam contidas nas lutas camponesas da época e deixa aberto apenas o caminho da sindicalização. Ao mesmo tempo, através do Estatuto da Terra, de fins de 1964, abre caminho para que o governo federal enquadre e administre institucionalmente as reivindicações e os surtos de inquietação camponesa: o estatuto abre a possibilidade da reforma agrária de âmbito nacional. O governo militar poderá, assim, a partir de então, controlar duas tendências aparentemente contraditórias em favor da primeira: de um lado uma política deliberada de concentração fundiária e de constituição de grandes empresas no campo; de outro lado, uma política de redistribuição de terras nos lugares em que às tensões sociais possam ser definidas como um perigo à segurança nacional, isto é, a estabilidade do regime militar (MARTINS; 1981; p.31)

Retornando ao conceito de “franja pioneira”, podemos estabelecer uma relação com o papel do Estado quando Pierre Monbeig analisou as mudanças ocorridas nas franjas pioneiras. A mais importante destas mudanças foi certamente o papel crescente do Estado: a sua intervenção no povoamento e na valorização das Terras Novas tornou-se o fator decisivo. “Uma franja pioneira é um negócio de Estado”. Ele explicava a transformação ocorrida pelo fato de os militares, então no poder na maior parte dos países da América Latina, quererem povoar as fronteiras, preocupando-se com a “segurança nacional” enquanto os líderes econômicos queriam “pôr as terras virgens ao serviço do crescimento econômico”. Disso decorre a importância das estradas transamazônicas, no Brasil e na América hispanófila, um dos temas de pesquisa que Pierre Monbeig propôs aos membros do seu laboratório, no início dos anos 1970. O seu interesse pelas grandes vias de transporte era mais antigo, já estava presente em seus trabalhos sobre as franjas pioneiras de São Paulo e do Paraná.

Estas redes de transportes eram, para ele, o principal instrumento de organização dos territórios dos promotores da marcha pioneira: “Os organizadores da franja pioneira precisam, por conseguinte, instaurar antes da chegada dos desbravadores um sistema de estradas e de caminhos. Assiste-se à criação de um território cujas linhas mestres são as da circulação. Evidentemente, à estas estão associados os pólos urbanos”. (THÉRY; 2009; p.54)

Portanto, a história da Amazônia no século XX é marcada, entre outros prejuízos do ponto de vista dos recursos nacionais em detrimento do capital internacional, por diversos acordos firmados para que o “saque” às riquezas minerais fosse legalizado. Entretanto, o acesso e a exploração desses recursos até a Segunda Guerra Mundial foram lentos, e, coube aos militares, no período pós-guerra, a tarefa de acelerar esse controle e exploração, assim como sua consequente entrega aos grupos econômicos nacionais e internacionais. Desta forma, conforme destaca Umbelino de Oliveira: o móvel desse processo acelerado desencadeado pelos militares brasileiros tem sua base na ideologia das “fronteiras ideológicas” do pós-segunda guerra. A guerra fria e a luta contra o comunismo moldaram nas escolas militares norte-americanas, o ideário da tese da necessidade do controle das reservas de recursos minerais, sobretudo ferro e manganês. Nessa lógica, vários acordos militares foram sendo assinados com os Estados Unidos, e a interferência e ingerência norte-americana foi sendo uma constante no Brasil. (OLIVEIRA; 2016; p.43-44)

Para entendimento desta lógica de internacionalização dos recursos naturais do país e, portanto, da Amazônia, é preciso colocar sob perspectiva a situação geral do país e sua relação com o mundo capitalista. Esta, por sua vez, está intrinsecamente relacionada com os mecanismos de endividamento externo – este é o argumento que procuramos desenvolver a partir daqui: a relação entre *estado*, *território* e *capital*, representados respectivamente pelas ações dos governos militares do Brasil; a exploração dos recursos minerais bem como as políticas territoriais e a luta pela terra na Amazônia; e a presença de empresas estrangeiras assim como os mecanismos de endividamento externo.

O fato de que golpes militares começavam a ocorrer em grande parte dos países latino-americanos na década de 1960 pode ser explicado como uma espécie de resposta do imperialismo norte-americano aos movimentos “nacionalistas” e ao combate à tentativa de expansão da revolução cubana na América Latina. No Brasil, entravam em cena novamente os militares, com apoio de alguns setores da sociedade

civil, de acordo com a “filosofia estratégica” dos Estados Unidos que – preparados para uma eventual Terceira Guerra Mundial (e o episódio do bloqueio econômico de Cuba na crise dos mísseis soviéticos) – pretendia colocar a sua disposição todos os recursos minerais dos países capitalistas. Essas mudanças, tratavam em realidade de atrelar o território da América Latina à economia norte-americana. (OLIVEIRA; 2016; p.56-57)

Podemos citar aqui para exemplificar esta questão a atuação no Brasil do grupo norte-americano *Hanna* (através da empresa *The Hanna Mining Co.*). Nas palavras de Umbelino de Oliveira: “uma vez no poder, o Marechal Castelo Branco mandou sustar a ordem de execução contra a Hanna até que o Supremo Tribunal Federal se manifestasse frente ao recurso interposto contra a sua decisão. A Hanna ampliou todas as concessões através de novos decretos de concessões e contratos com a Cia. Siderurgica Nacional (Volta Redonda), com a Central do Brasil e com o próprio patrimônio da União. Através desses novos acordos, a Hanna assumiu o controle do fornecimento de minério de ferro para a Cia. Siderurgica de Volta Redonda apoderou-se do cais de minério do Rio de Janeiro e passou a controlar, de certo modo, a Cia. Vale do Rio Doce.” (OLIVEIRA; 2016; p.57-58)

A partir disso, podemos aferir a consolidação de uma aliança que duraria muitos anos no poder: a união entre os militares, os monopólios internacionais, as estatais e certos setores sociedade civil ligados à elite empresarial brasileira. Ainda sobre medidas adotadas pelos militares visando o beneficiamento da empresa *Hanna*, podemos citar a promulgação do Decreto nº 55.282 de 22/10/64, “*que estabelecia novas medidas destinadas a incrementar a exploração e a exportação do minério de ferro*”, o Decreto nº 59.412 de 24/10/66, “*que concedia permissão à Hanna para utilizar a estrada de ferro da Cia. Vale do Rio Doce no transporte de seu minério*” e, em dezembro do mesmo ano, o Decreto Lei nº 83, “*que estabelecia novas normas para cobrança de taxas portuárias sobre mercadorias movimentadas em terminais ou portos de uso privativo*”. Por fim, ressaltamos ainda o Decreto nº 11.227 de 28/02/67 e o nº 11.318 de 14/03/67, “*que consubstanciam o novo Código de Mineração, o qual trouxe como “inovação” a supressão da prioridade, antes assegurada ao proprietário do solo, no caso da exploração de jazidas minerais.*” (OLIVEIRA, 2016, p.58)

Dessa forma, com o exemplo do ocorrido com o minério de ferro, os recursos minerais vão sendo entregues aos Estados Unidos através de suas empresas multinacionais e embasados pela política internacional de domínio norte-americano

sobre o território de toda a América Latina. Assim, nesse contexto de dominação do país pós golpe de 64, que o governo militar sob o lema da segurança nacional e do desenvolvimento pretendia:

[...] inundar de civilização e Hiléia Amazônica, a coberto dos módulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão. E – o segundo eixo do grande rio. (GOLBERY DO COUTO E SILVA, 1981, apud OLIVEIRA, 2016, p.60)

Cabe mencionar aqui a figura do General Golbery do Couto e Silva, um dos “ideólogos” do regime militar. Importante para revelar a ideologia presente na Escola Superior de Guerra e as múltiplas estratégias geopolíticas propostas para e pelos militares (OLIVEIRA, 2016, p.39). Seus estudos do contexto geopolítico das políticas territoriais para a Amazônia foram publicados em 1952 e 1959, sob o título *Aspectos Geopolíticos do Brasil*. Wanderley Messias da Costa acrescenta que, num documento governamental que antecedeu o Programa Estratégico de Governo, chamado “Diretrizes de Governo” (1967), essa preocupação do Estado com a Amazônia é colocada claramente. Ele previa, em sua página 138, que as políticas de ocupação da região deveriam perseguir um duplo objetivo: “a preservação das fronteiras internacionais” e a “incorporação de sua economia ao todo nacional”. (COSTA; 1986; p.65)

Essas transformações na estruturação do chamado “desenvolvimento nacional” a partir da ideologia da “segurança e desenvolvimento” da Escola Superior de Guerra, passavam a ser planejadas dentro do e pelo próprio Estado através de seus planos de ação. Assim, destacamos também o papel desempenhado pelo Ministro do Planejamento Roberto Campos. O próprio “Plano de Ação Econômica do Governo – 1964/66”, uma espécie de primeiro plano do governo militar do Marechal Castelo Branco, confirmava esse objetivo de internacionalização da economia brasileira, pois, visava substituir a Lei de Remessa de Lucros (Lei nº 4.131) aprovada em 1962 e sancionada em janeiro de 1964 por João Goulart e que restringia e procurava controlar o capital estrangeiro no país. (OLIVEIRA; 2016; p. 59)

A colaboração do capital estrangeiro não deve criar uma situação de inferioridade para o empresariado nacional, que será contemplado com

medidas de apoio e particularmente de financiamento por parte das instituições oficiais.

A política de capitais estrangeiros configurada no Programa de Ação considera os recursos financeiros externos um meio para acelerar o desenvolvimento econômico do país. Ideias erradas em relação aos efeitos do capital estrangeiro levaram à criação de um clima hostil, contribuindo para o estancamento do seu influxo em passado recente (Governo João Goulart), depois da importante contribuição que teve para o desenvolvimento da economia nacional em anos anteriores e especialmente no período 1957/61 (JK e Jânio), em resposta a um tratamento legal menos restritivo. O atual governo (militar) pretende restabelecer as condições que tanto estimularam os investimentos diretos naquele período e, para tal fim, solicitou ao Congresso Nacional as modificações necessárias, já aprovadas, na Lei de Remessas de Lucros. (PAEG, - 1964:47; apud OLIVEIRA; 2016; p.60)

Nesse período, todo o esforço construído até o momento da chamada ideologia de segurança nacional gestada na Escola Superior de Guerra baseava-se nos acordos entre Brasil e Estados Unidos, sobretudo sob o contexto da guerra fria e na tese de alinhamento contra a União Soviética. O Brasil por sua vez, sob a estratégia de “segurança com desenvolvimento” buscou dar destaque para a geopolítica da integração nacional, através do desenvolvimento das três grandes regiões geoeconômicas brasileiras (Centro-Sul, Nordeste e Amazônia) e da elaboração de diversos planos – dentre eles a “Operação Amazônica” que visava ocupar a região Norte do país. Essa estratégia de desenvolvimento regional se deu através da reestruturação dos órgãos de planejamento regional: foi criada, através da Lei nº 5.173 de 27/10/66, a *SUDAM* (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) em substituição à *SPVEA* (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), de 1953,, inaugurando, assim, uma nova etapa de políticas territoriais do Estado no governo do Marechal Castelo Branco com a concepção da Amazônia como um “vazio” a ser “rapidamente” ocupado. Umbelino de Oliveira destaca alguns pontos importantes dessa política territorial em andamento: definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas; concentração de recursos em áreas selecionadas, em função de seu potencial e população existentes; adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de

excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos; fixação de populações regionais, especialmente no que concerne a regiões de fronteira; e a atração de investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da região (OLIVEIRA; 2016; p.64-66).

A partir dessa estratégia inicia-se a “Operação Amazônica” com base na ideologia – que serviu de lema ao projeto Rondon – *“integrar para não entregar”*. Ainda segundo Umbelino de Oliveira:

Dessa forma, o lema “integrar” significava abrir caminhos, criar condições para que fosse possível a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios multinacionais. O Estado autoritário e mesmo o atual, democratizado, criou todo um conjunto de políticas necessárias à implementação da internacionalização da economia brasileira e, por conseguinte, entregou, na acepção da palavra, e continua entregando de forma vil os recursos naturais do país. É por isso que o entendimento do lema do Projeto Rondon deve ser feito pela leitura de seu contrário, ou seja, “integrar para “entregar”.

Como se vê, o Projeto Rondon também fazia parte da estratégia pseudo-nacionalista através da qual, os militares tentaram convencer a sociedade civil e particularmente a juventude brasileira, de seus planos desenvolvimentistas. “ (OLIVEIRA; 2016; p.67-68)

Umbelino de Oliveira destaca ainda, sob as intenções desenvolvimentistas dos governos militares com relação à Amazônia, a realização no ano de 1966 da primeira “Reunião de Investidores da Amazônia” realizada a bordo do navio Rosa da Fonseca, em nove dias de viagem pelo rio Amazonas. Naquela reunião definiram-se os interesses dos empresários do Centro-Sul e os seus objetivos para a adesão do projeto governamental, sendo estes investidores, sobretudo de projetos agropecuários, comumente chamados de “paulistas” pela população amazônica. Segundo o autor, nessa estratégia geopolítica, o Estado fazia a ligação entre os capitais nacionais e capitais estrangeiros, e, também, entre os setores capitalistas industriais e os setores agrários. Assim, o processo de ocupação da Amazônia pós-64 ficou selado na célebre “Declaração da Amazônia”: “Governo e homens de empresas do Brasil, reunidos na Amazônia sob a inspiração de Deus e norteados pelo firme propósito de preservar a unidade nacional como patrimônio, que receberam

indiviso, conscientes da necessidade de promover o crescimento econômico acelerado da Região, como processo indispensável, para atingir esse objetivo e a própria valorização do homem que a habita”. (OLIVEIRA; 2016; p. 68-70)

Neste sentido, para dar continuidade ao plano de ocupação do território amazônico, o Estado lança uma política de incentivos fiscais que previa a criação do FIDAM (Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia) e uma rearticulação e reestruturação do BASA (Banco da Amazônia SA). A estrutura de recursos financeiros estatais para a região amazônica seria proveniente do sistema SUDAM-FIDAM-BASA: todos os recursos da SUDAM e FIDAM ficaram depositados no BASA, que se tornou assim o agente financeiro do sistema. Fazia parte ainda da estratégia da “Operação Amazônia” a criação em 1967 da SUFRAMA – Superintendencia da Zona Franca de Manaus (Decreto-Lei nº 288 de 28/02/1967) e seu objetivo era criar um centro industrial e agropecuário com a meta de integrar a Amazônia ocidental ao restante do país. O estímulo fiscal veio através da isenção de impostos (IPI – imposto sobre produtos industrializados; ICM – imposto de circulação de mercadorias; imposto de importação e exportação). Estava criada uma espécie de área internacional de produção dentro do próprio país, a estratégia da indústria mundializada no pós Segunda Guerra. Assim, se deu a adesão por parte do empresariado ao projeto governamental às custas dos processos de expropriação de terras indígenas, das terras de posseiros, das florestas, dos recursos minerais, enfim, da Amazônia como um todo. (OLIVEIRA, 2016, p.72-74)

### **CAPÍTULO 3 - A AMAZÔNIA LEGAL COMO EXPANSÃO CRÍTICA**

No cinturão de máxima diversidade biológica do planeta, a Amazônia se destaca pela extraordinária continuidade de suas florestas, pela ordem de grandeza de sua principal rede hidrográfica e pelas sutis variações de seus ecossistemas, em nível regional e de altitude. Trata-se de um gigantesco domínio de terras baixas florestadas, disposto em anfiteatro, enclausurado entre a grande barreira imposta pelas terras cisandinas e pelas bordas dos planaltos Brasileiro e Guianense. Todavia, por dezenas de anos, a partir da década de 60, a Amazônia foi apresentada ao mundo ocidental como uma região uniforme e monótona, pouco compartimentada e desprovida de diversidade fisiográfica e ecológica. Enfim, um espaço sem gente e sem história, passível de qualquer manipulação por meio de planejamentos realizados

à distância ou sujeitos a propostas de obras faraônicas, vinculadas a um falso conceito de desenvolvimento (AB'SÁBER, 2011, p.63-79).

Entretanto, segundo BECKER (2009) a Amazônia é uma área crítica no contexto geopolítico mundial e também uma área crítica na estrutura interna do estado brasileiro. Tem um peso enorme, do ponto de vista da soberania externa, por causa da pressão ecológica. Isto a valoriza como capital-natureza - por ser o maior banco genético do planeta, o lugar de maior biodiversidade do mundo e, portanto, fonte primordial para ciência e tecnologia.

Em sua pesquisa sobre a expansão do capitalismo na Amazônia, CARDOSO e MULLER (1978) incluem os limites da floresta amazônica em território brasileiro, tomando como ponto de partida o Leste, principiando um pouco antes da capital do Maranhão (São Luís); daí ela segue em direção ao Sul, englobando três quartos da área desse estado, afunda-se cada vez mais para sudoeste, incluindo o tipo norte de Goiás e um terço do norte Mato-Grossense. Esta área, coincide, grosso modo, com a *Amazônia Legal* (definida pela lei 1.806, de 06/01/1953, a mesma que criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA), algo em torno de cinco milhões de quilômetros quadrados, cerca de 59% do território nacional. (CARDOSO, MULLER; 1978; p.19)

Se levarmos em consideração a sua ocupação a partir do período colonial para se analisar a relação entre *território, Estado e capital* - sem deixarmos de mencionar aqui que o mesmo território já era ocupado a milhares de anos pelos povos originários da região - foi ao final do século XVI que Portugueses e Espanhóis, juntos sob a União Ibérica (1580-1640), defenderam-se dos ataques que se faziam em toda a linha que desce das Antilhas ao Nordeste brasileiro. Esse povoamento ocorreu efetivamente durante os séculos XVII e XVIII, quando os portugueses, a partir de Recife e Salvador, se deslocam para a região com a finalidade de afastar os concorrentes ingleses, holandeses e franceses que se apoderavam das “drogas do sertão” (canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeiras, salsaparrilha, etc.). Assim, no contexto de disputa pela posse de terras que comportassem um produto comercializável na Europa ou de terras que pudessem comportar sua produção, a atual Amazônia compunha a retaguarda econômica da metrópole e integrava-se como peça da acumulação primitiva europeia, ou seja, integrava-se como componente da expropriação que priva a grande massa do povo da terra e dos meios de vida e instrumentos de trabalho (CARDOSO, MULLER; 1978; p.20).



Ainda segundo CARDOSO e MULLER (1978), se o “ciclo” das drogas do sertão fez parte de uma economia que nasceu como uma reserva e participou como uma peça da pré-história do capital, a época da expansão do sistema capitalista em escala mundial, o ciclo da borracha nasce e se desenvolve tendo como objetivo baratear, via imposição de preços coloniais à borracha, o capital constante utilizado nos empreendimentos industriais das novas potências mundiais. Entretanto, dada a forma de trabalho adotada naquele período, não ocorreram na Amazônia as profundas alterações de que foi palco o Centro-Sul do país, com a produção de café baseada nas novas relações de produção de tipo salarial, das quais resultaram uma maior divisão social do trabalho e a expansão do mercado interno. Ocorreu, no entanto, uma modificação extraordinária no volume da população amazônica.

Em 1823, a atual região Norte contava com uma população em torno de 127 mil que, em 1872, passa a ser de quase 340 mil; em 1900, soma quase 700 mil e, 20 anos mais tarde, algo mais de 1.400.000. Essa população, movida pelos interesses econômicos ligados a extração do látex, devassa a floresta tropical brasileira, incorpora um território de quase 200 mil km<sup>2</sup> retirado da Bolívia, extermina parte da população indígena, miscigena-se parcialmente com eles e provoca o crescimento urbano de Belém e Manaus. (CARDOSO, MULLER; 1978; p.24)

Após esse período, o declínio da participação brasileira na produção mundial da borracha e o declínio da produção nacional ocasionaram uma estagnação demográfica - mas não foi só isso, houve também uma regressão da economia mercantil da borracha e das atividades dela dependentes para uma economia de subsistência. A partir da década de 1940, os acréscimos populacionais não são mais explicáveis pela produção da borracha. Pode-se dizer que tais acréscimos se desvincularam da extração do látex, ligando-se a outros produtos suscitados pelo mercado mundial (minérios), ou pelo mercado nacional regional (juta, pimenta do reino, malva, arroz, pecuária, petróleo, castanha, algodão, mamona). A partir de então, surgem novas culturas comerciais, desenvolve-se uma pecuária essencialmente de cunho extensivo e criam-se empreendimentos minerais de grande porte. (CARDOSO, MULLER; 1978; p.31-40)

O primeiro passo importante para a implantação de uma política de desenvolvimento e integração da Amazônia ao resto do país foi dado durante a constituinte de 1946 quando foi aprovado e incluído na nova constituição o artigo nº 199 (Plano de Valorização Econômica da Amazônia). Assim, em 1953, o presidente Getúlio Vargas sanciona a Lei nº 1.806 (de 06/01/1953) que, dentre os objetivos principais do plano, destacamos: promover o desenvolvimento da produção agrícola, extrativa e animal; elaborar e executar um plano de transportes e comunicações para a Amazônia; promover o estabelecimento de uma política de energia; estabelecer uma política demográfica e de imigração; criar um sistema de crédito bancário regional; e, promover pesquisas necessárias à elaboração e execução do plano. (CARDOSO, MULLER; 1978; p.109)

Portanto, as primeiras políticas territoriais explícitas para a Amazônia iniciaram-se em 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a definição em lei da “*Amazônia Legal*”, complementadas pela transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia (BCA). O primeiro plano quinquenal da SPVEA era sustentado pelos recursos representados por 3% da receita federal, destinados à região pela Constituição de 1946. (COSTA, 1986, p.67)

Até meados da década de 60, o empreendimento estatal de maior destaque se deu pelo Plano de Metas, em que rodovias, partindo de Brasília, interligaram as porções oriental e ocidental ao Centro-Sul do país, com destaque para a Belém-Brasília. Articulada mais tarde com a Transamazônica, propiciou o grande surto de ocupação das décadas de 60 e 70. Os marcos da ocupação recente, pela sua importância para as políticas territoriais da região, foram às transformações da SPVEA em SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e do BCA em BASA (Banco de Amazônia S/A), além de um incremento considerável nos mecanismos de incentivos fiscais, regulamentados em lei de 1968. O pacote de medidas se complementou com a criação da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), em 1967, para coordenação de investimentos industriais no “pólo industrial” de Manaus, à custa também de incentivos fiscais. (COSTA, 1986, p.68)

Pode-se dizer que na década de 1960 - com a abertura das estradas, o que ocasionou a elevação do preço das terras - e desde os primeiros anos da década de 1970, com o fortalecimento da política governamental de penetração e ocupação do território, a região passa do sistema de *aviamento* (prática que se desenvolveu na

Amazônia, fornecendo mercadorias - instrumentos de trabalho e bens de consumo - a crédito e o bombeamento da borracha para Manaus e Belém, e daí para o mercado internacional, e que gerou uma rede complexa e extensa de canais através dos quais respirava a economia) para o império dos grandes grupos econômicos do Centro-Sul brasileiro juntamente com grupos estrangeiros, numa verdadeira repetição ampliada e atualizada do papel desempenhado pela terra e pelos homens que nela trabalharam:

Os “camponeses”, garimpeiros, seringueiros, lenhadores, sitiantes etc. desempenharam seu papel: levaram para os confins amazônicos a população exigida pelas atividades mercantis atualmente em implantação, dos empresários nacionais e estrangeiros; mostraram a possibilidade de se viver naqueles confins: passaram facão, foice, machado, plantaram, colheram, e se aclimataram: foi o devassamento das frentes pioneiras. Limpo o terreno, a história muda: de colonizadores passam a colonizados. Convencidos pela violência, servem ao novo devassamento. A violência é aqui uma potência econômica, pois abre caminho ao desenvolvimento, à acumulação. (CARDOSO, MULLER; 1978; p.31,42)

Ao se referir sobre o desmatamento na região amazônica, Aziz Ab'Sáber nos coloca diante da especificidade que o território brasileiro possui quanto à quantidade de recursos naturais existentes e sua biodiversidade. Isso se deve ao fato de ter herdado grandes espaços físicos e ecológicos, de máxima riqueza em termos de diversidade biológica, acentuado pela condição de se terem mantido, até a década de 1960, praticamente intactas nossas grandes florestas úmidas do Norte do país. “Na Amazônia, em menos de vinte anos, eliminaram-se de 10 a 12% da antiga cobertura vegetal, o que somado às devastações anteriores totaliza 400 mil quilômetros quadrados de supressão de florestas (até o ano 2000)” (AB’SÁBER, 2011, p.75).

Em suma, a região amazônica pode ser descrita a partir de seus contrastes. Entre a vasta e grandiosa floresta com sua biodiversidade e recursos naturais e a modernidade expressa de forma contraditória por uma *Zona Franca de Manaus* e seu parque industrial eletroeletrônico; pela presença de civilizações indígenas (em geral violentadas); pela grilagem dos maiores latifúndios que a história da humanidade já presenciou e a luta, muitas vezes mortal dos posseiros, colonos e retirantes pela terra de trabalho; pela beleza natural das matas e a sua destruição através de incêndios, produtos químicos, etc., para a rápida formação de pastagens e pela guerra

deflagrada pelas empresas de mineração e a sobrevivência teimosa dos garimpeiros (OLIVEIRA, 2016, p.25-26).

### **3.1 Planejamento estatal e ocupação da Amazônia Legal**

Segundo Becker (2001), podemos afirmar que a ocupação da Amazônia se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguidos de longos períodos de estagnação. Por sua vez, o controle do território foi mantido por estratégias de intervenção em locais estratégicos, de posse gradativa da terra (*uti possidetis*) e da criação de unidades administrativas diretamente vinculadas ao governo central.

A fase inicial do planejamento regional (1930-1960) correspondeu à implantação do “Estado Novo” por Getúlio Vargas, e foi muito mais discursiva do que ativa. Foi a necessidade de unificar o mercado nacional, associada ao avanço da industrialização, que desencadeou a abertura da região. No governo de Juscelino Kubitchek, ações efetivas afetaram a região pela implantação das rodovias (1958) Belém-Brasília e Brasília-Acre, duas grandes pinças contornando a fímbria da floresta. A partir daí, acentuou-se a migração que já se efetuava em direção a Amazônia, crescendo a população regional de 1 para 5 milhões entre 1950-60, e de modo acelerado a partir de então. (BECKER, 2001, p. 136-137)

Entretanto, foi somente entre 1966-1985 que se deu o planejamento regional efetivo da região. O Estado tomou a si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de ocupação amazônica, num projeto de integração entre sociedade e território. Dentre as razões do protagonismo tomado pela região, podemos destacar, entre outros fatores, a busca pela solução dos conflitos sociais existentes decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura. (BECKER, 2001, p. 137)

Conforme mencionado, entre as estratégias para essa ocupação acelerada da região tem-se, em 1966, a transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco da Amazônia (BASA), e a SPVEA em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ambos permanecendo até hoje. Ainda na década de 1960, ressaltamos novamente a importância da criação da Zona Franca de Manaus, um polo industrial situado em meio à economia extrativista.

Com relação à integração espacial propriamente dita, destacam-se quatro momentos do ponto de vista do investimento público. Primeiro, a rede rodoviária, ampliada com a implantação de grandes eixos transversais como Transamazônica e Perimetral Norte, e Intra-regionais como Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus. Segundo, a rede de telecomunicações comandada por satélite, que difunde os valores modernos pela TV e estreita os contatos por uma rede telefônica muito eficiente. Cerca de 12.000 km de estradas foram construídos em menos de cinco anos, e um sistema de comunicação em micro-ondas de 5.110 km em menos de três anos. Terceiro, a rede urbana, sede das redes de instituições estatais e organizações privadas. Por último, a rede hidroelétrica, que se implantou para fornecer energia, o insumo básico a nova fase industrial. (BECKER, 2001, p. 138)

Outro fator importante para as políticas de ocupação da região foi a sobreposição de territórios federais sobre os estaduais. Esse elemento foi fundamental na estratégia do governo federal, que criou por decreto territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ou direito de propriedade. O primeiro grande território criado foi a própria Amazônia Legal, superposta à região Norte. Em 1966, a Sudam demarcou os limites da atuação governamental, somando, aos 3.500.000 km<sup>2</sup> da região Norte, 1.400.000 km<sup>2</sup>, e assim construindo a Amazônia Legal. Em seguida, em 1970-1971, o governo determinou que uma faixa de 100 km de ambos os lados de toda estrada federal pertencia à esfera pública, segundo a justificativa de sua distribuição aos camponeses em projeto de colonização. Dentre as políticas de ocupação amazônica, há que se mencionar aqui a *Polamazônia*, onde quinze “polos de desenvolvimento” canalizaram investimentos, sendo cada polo, especializado em determinadas atividades de produção. (BECKER, 2001, p.138)

Assim, o povoamento regional passou a ter um padrão concentrado, sobretudo ao longo das rodovias, separado por grandes extensões florestais. Numa outra escala, o adensamento das estradas na borda da floresta gerou o grande arco de desmatamento e focos de calor. (BECKER, 2001, p. 139)

### **3.2 Contradições do processo de formação da Amazônia Legal**

A compreensão do mundo e da realidade através das categorias de análise do capital, a partir da modernidade e do capitalismo tardio, nos colocam frente a

necessidade de compreensão dos elementos críticos e contraditórios que o compõem. Nesse sentido, nos termos de ALFREDO:

Dentre as determinações da aparência há uma especificidade desta realidade fundada em elementos críticos, contraditórios de sua efetivação. As formas de apresentação do real, do qual os distintos fenômenos são a expressão mesma destas apresentações, distinguem-se de seus sentidos imanentes e essenciais, na medida em que a apresentação da condição de ser do capital enquanto um conceito contraditório o é uma atividade da essência, nos termos da lógica hegeliana, exclusivamente porque se põe, enquanto fenômeno, diferenciando-se, na apresentação de si, daquilo que de fato é, estabelecendo, tal diferenciação- apresentação, parte integrante de sua própria reprodução, ao mesmo tempo que potência determinante de seu próprio ser, de modo que ser e não ser, assim postos na esfera do ser, se auto referem como unidade co-presente e contraditória (ALFREDO; 2008; p.66).

Desta forma, sobre a reprodução crítica que tentamos aqui colocar enquanto processo explicativo para a forma que ocorreu a formação e ocupação do território da Amazônia Legal e às ações do governo militar no Brasil, derrubando florestas para implantação do latifúndio e criações de pastagens, assassinando e escravizando indígenas, gerando a expulsão de trabalhadores rurais de suas terras e a submissão destes a diversas formas de trabalho como a *peonagem* (escavidão por dívida), assassinando diversos líderes sindicais e de movimentos políticos, e que aparecia sob a forma de “frente pioneira” e de integração do território nacional sob as justificativas de segurança nacional, avanços sociais e desenvolvimento econômico, temos que, dentro desse processo de expansão crítica do capital, as formas de expansão da forma mercadoria se o fazem como que resultantes de suas contradições ou crises imanentes, de modo que a própria expansão do capital pode ser sobredeterminada pelos seus aspectos críticos, ainda que se apresente como determinações de sua capacidade de crescimento. (ALFREDO; 2008; p.67)

Sobre esse aspecto da modernização e da reprodução crítica do capital, temos ainda que a região amazônica possui, do ponto de vista de seus recursos naturais e humanos, as características de frente pioneira e incorpora, em sua expansão, diferentes formas de produção e de trabalho na Amazônia - talvez mais do que em

qualquer outra região do país - o conceito de superexploração do trabalho e a extração da mais valia absoluta constituem parte integrante da expansão do grande capital: é nas fazendas de propriedade das grandes empresas do Centro-Sul, nacionais e estrangeiras, industriais e financeiras que se dá a exploração brutal do trabalho (CARDOSO, MULLER; 1978; p.07-08). Ou seja, trata-se aqui da universalização do particular, da relação deste território na dinâmica global do capitalismo tardio. Desta maneira, ALFREDO, nos coloca que:

[...] trata-se aqui de analisar se os aspectos particulares, os projetos nacionais e internacionais, empresariais ou relativos à pequena produção considerada camponesa, carregam a capacidade de expressar a reprodução de uma sociabilidade universalizada pela forma valor. Sob este aspecto, coloca-se como desafio de nossa análise, a compreensão de como e porque tais realidades específicas constituem o trabalho produtor de uma riqueza abstrata ou como se dão os conflitos resultantes desta dimensão universal da sociedade capitalista em sua relação como os seus distintos momentos particulares, sendo tais produções um momento de sua especificidade. Ou seja, a incorporação ou não destas realidades se apresenta como que resultante de contradições postas pela forma valor que se explicam a partir destas, seja o sim de sua incorporação, seja o não. Assim, mesmo aquelas realidades circunscritas a uma produção não voltada ao mercado podem ser compreendidas como resultado de uma sociabilidade que se põe como moderna e gesta formas distintas de reprodução através da atividade onde o solo se coloca como uma mediação material para tal. (ALFREDO, 2008, p.64)

Nesse sentido, sobre as contradições verificadas no processo de formação da *Amazônia Legal*, seja a grande massa de trabalhadores posseiros, expropriados de suas terras, seja por grileiros interessados na especulação e na possibilidade de ganhos através da renda da terra ou seja por fazendeiros e empresas interessadas em investir no setor agropecuário - mais precisamente na cultura da soja no Mato Grosso ou na pecuária bovina de cunho extensivo em diversas partes da Amazônia, ambas para exportação - a invasão em larga escala de terras indígenas - por estes mesmos agentes -, ou o aumento significativo dos níveis de desmatamento e

derrubada de florestas, registrados a partir da década de 1960, de acordo com o exposto até aqui, corroboram a tese de que estes processos se refletem na territorialização da expansão do capital através das frentes pioneiras em território nacional e, sobretudo, devido aos Estado - pelos governos militares - através de incentivos fiscais, abertura de rodovias, megaprojetos de caráter econômico e até mesmo subsídios de financiamento a crédito.

Ainda sobre a contradição interna deste processo, a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia traz consigo o caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira. Ou seja, o processo que leva os grandes capitalistas a investirem na fronteira, contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo. Igual, simultânea e contraditoriamente, o mesmo processo que abre acesso aos recursos minerais da região aos grupos econômicos, recoloca a questão do acesso também por parte dos garimpeiros. (OLIVEIRA, 2016, p.27)

Atualmente, a Amazônia está sujeita a múltiplas pressões, ao mesmo tempo porque tornou-se, após a conferência do Rio de Janeiro de 1992, num dos principais campos de experimentação do “desenvolvimento sustentável” e porque atualmente os países que compõem a bacia promovem grandes programas de investimentos, particularmente o Brasil. A Amazônia é marcada por tensões entre aqueles que observam nela um dos lugares-chave da “mudança global” e aqueles que a percebem como uma das últimas fronteiras de expansão econômica e territorial do continente. Boa parte da Amazônia brasileira já se integrou à fração mais produtiva do Brasil, situando-se na órbita de São Paulo, a capital econômica do país. Em suas margens orientais e meridionais, nos confins dos cerrados e da floresta densa, desenvolveu-se a principal área de criação de bovinos do país e uma série de grandes fazendas de soja. À frente dela avançam as madeireiras, que cortam e serram as madeiras preciosas e as encaminham para o Sul-Sudeste e portos de exportação, usando ao máximo os eixos rodoviários e fluviais. Certamente, o discurso sobre a Amazônia mudou, incorporando a retórica do desenvolvimento sustentável procedente da Conferência do Rio de Janeiro de 1992. Em relação à exploração desenfreada dos anos 1970 algumas políticas públicas e a atuação de certos empresários também mudaram, mas, qualquer que seja a retórica nova o que pesará sobre o futuro da região são os grandes investimentos que estão em curso, pois vão alterar os eixos de circulação da região. (THÉRY, 2009, p.60)



Ainda segundo o professor Hérvy Théry, este avanço contínuo altera progressivamente a situação da Amazônia no Brasil e no continente. Ela era a periferia dos países que compartilham a bacia, mas tende a voltar a ser o que se vê nos mapas, o centro do continente. Para o Brasil, que ocupa dois terços da bacia, ou para os outros países, que compartilham o restante, ela é uma fronteira pioneira, de onde se pode tirar madeira e produzir carne bovina. Mas ela é também, cada vez mais, fonte de energia (sob a forma de petróleo ou hidroeletricidade) e de commodities, entre os quais se destaca a soja, cuja irrupção alterou completamente a situação das franjas meridionais da Amazônia brasileira, principalmente no Mato Grosso. (THÉRY, 2009, p.62)

Segundo Aziz Ab'Sáber, após trinta anos de interferências complexas, o novo cenário das relações entre os homens na Amazônia exige uma nova atmosfera de convivência e entendimento. Convém não esquecermos que vivem atualmente na Amazônia um quarto de milhão de índios - diferenciados por fatores linguísticos e por diversos níveis de contato e aculturação; quatro milhões de seringueiros, beiradeiros e castanheiros; 350 mil garimpeiros; cinco milhões de trabalhadores braçais, funcionários e peões seminômades; além de alguns milhões de habitantes urbanos, de diferentes níveis sociais e culturais. Enfim, um espaço com gente e com história. (AB'SÁBER, 2011, p. 79)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho propôs apresentar as condições gerais que proporcionaram o avanço do capital financeiro no país e que trouxe consequências no reordenamento territorial e no redirecionamento na sua ocupação e exploração dos recursos naturais e econômicos. A partir disso, buscou-se compreender os fenômenos que justificaram a formação da chamada Amazônia Legal e as implicações decorrentes das políticas econômicas e territoriais dos governos militares no Brasil, com enfoque, principalmente, nas décadas de 1960/70, na configuração do território nacional, em especial da região Norte do país.

Esta pesquisa foi elaborada com base em bibliografia sobre os processos de produção do valor e de valorização do valor, sobre a etapa que compreende a financeirização do capital no Brasil e no mundo, bem como, leituras específicas sobre o estado brasileiro, com foco no estado ditatorial vigente na segunda metade do século

XX e sobre a região amazônica, sobretudo a área que compreende a Amazônia Legal, no que tange à sua formação e ocupação. Desta forma, procuramos compreender uma parte da história do Brasil e, de que forma, os processos constituintes observados através das intervenções estatais aqui expostas estão relacionados à expansão da fronteira capitalista e sua reprodução crítica.

Nesse sentido, o avanço do capitalismo na região amazônica, dentro de um contexto crítico da economia mundial de terceira revolução industrial, contém particularidades que se relacionam à dinâmica universal. De um lado temos os interesses do mercado financeiro internacional, o processo de valorização do valor e as questões críticas do padrão universal de reprodução do capital, e relacionado a isso, temos, por outro lado, os investimentos estatais baseados no mercado de crédito e na dívida pública, na implantação de infraestrutura com a abertura de estradas e criação de polos de desenvolvimento, que, conforme procuramos apontar, ocasionaram no aprofundamento da dívida externa.

Diante disso, no primeiro capítulo deste trabalho procuramos expor, de forma sintética, os conceitos de mercadoria, capital e valor, elementos necessários para a compreensão do processo de financeirização do capital observado a partir do período pós Segunda Guerra e marcado pelos Acordos de Bretton Woods, caracterizado pelo estabelecimento da hegemonia estadunidense. A análise desses elementos, fundantes da modernidade, subsidiam o processo de investigação sobre as transformações ocorridas no mundo moderno.

No segundo capítulo, são observadas as consequências destas transformações no sistema capitalista, com a expansão do sistema de crédito e o advento de instituições em nível internacional como o FMI e o Bird, por exemplo. Nesse período, inaugurou-se ainda uma nova divisão internacional do trabalho e um novo momento no desenvolvimento das forças produtivas, a chamada terceira revolução industrial ou revolução tecnológica. Em decorrência disso e, devido à lógica expansiva do capital e de sua tendência à concentração e centralização, observamos sua manifestação no espaço através do avanço dos capitais centrais sobre as economias periféricas, seja através do aumento do volume de capital destinado a estas regiões, ou seja, através do uso de mecanismos políticos. Com o fim dos Acordos de Bretton Woods nos anos 1970, estão lançadas as bases para a acumulação fictícia do capital e sua reprodução crítica em escala mundial. Outrossim, faz-se necessário o entendimento do papel do Estado moderno para assegurar as

condições de produção e reprodução capitalistas em seus diversos seguimentos, aqui tratados através das políticas econômicas e territoriais, sobretudo, nas décadas de 1960/70. Dentre as principais intervenções estatais ocorridas nesse período, destacamos a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) com investimentos na área de infraestrutura e que trouxe como consequência o aprofundamento do processo de endividamento externo.

A fim de comprovar os efeitos gerados por estas alterações no sistema capitalista mundial, buscamos analisar o papel do Estado brasileiro nas políticas de integração da região amazônica ao território nacional, através dos processos de formação e ocupação da Amazônia Legal. Aqui, destacam-se a criação da SUDAM e do BASA, assim como, a execução da "Operação Amazônica" e do projeto Rondon.

O terceiro e último capítulo deste trabalho, a partir da caracterização da região amazônica e de suas particularidades, e, do processo constituinte de sua formação social e econômica, elencamos, através do planejamento público e dos projetos estatais, as principais intervenções que corroboraram a hipótese de reordenamento territorial a partir da acumulação de capital em escala mundial, assim como, as contradições intrínsecas deste processo como, por exemplo, a concentração fundiária, a exploração do trabalho e a dizimação das populações tradicionais.

Coloca-se também como abertura para futuras pesquisas, a análise e escala local dos projetos aqui apresentados e seus desdobramentos no tempo e no espaço, com a interpretação de informações e dados que se tem registro disponíveis. Além disso, vale ressaltar que o papel das análises históricas em pesquisas geográficas, contribuem para o avanço da compreensão dos desdobramentos colocados pela lógica do capital no espaço.

\*\*\*

## REFERÊNCIAS

ALFREDO, A. **Modernização e reprodução crítica: agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação.** Geosp: Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 12, n. 1, p. 63-108, 2008.

BATISTA, Francieli Martins. **Ditadura militar: Fundamentos da acumulação financeira no Brasil.** In: *Trabajo y capitalismo: relaciones y colisiones sociales* / Alberto L. Bialakowsky ... [et al.]; coordinación general de Ricardo Antunes ... [et al.]. – 1a ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2019. 390 p.;

BECKER, Bertha. **Estado, Nação e Região no Final do Século XX.** In: A Amazônia e a Crise de Modernização. Maria Ângela D’Incao e Isolda Maciel da Silveira (orgs.). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFGA)/Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 2009.

BECKER, B. K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Parcerias Estratégicas, número 12, Setembro de 2001. Ministério da Ciência e Tecnologia.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRASIL. **Lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/1/1953, Página 276 (Publicação Original).

CARDOSO, Fernando H.; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1978.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e às políticas territoriais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988. (Coleção Repensando a Geografia)

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial;** tradução de Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Introdução de Paulo Singer; Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações no campo brasileiro**. In: *Novos caminhos da geografia* / Ana Fani Alessandri Carlos (organizadora). – São Paulo: Contexto, 1999. – (Caminhos da Geografia)

\_\_\_\_\_. **A fronteira econômica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

PITTA, Fabio T. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

THÉRY, Hervé. **Às franjas pioneiras, de Pierre Monbeig aos nossos dias**. In: *Geografia, tradições e perspectivas: a presença de Pierre Monbeig* / Amalia Inés Geraiges de Lemos, Emerson Galvani (organizadores). – 1 ed. – Buenos Aires; São Paulo: CLACSO, Expressão Popular, 2009. [p.49-67]